Souza, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

Dentre o relativamente grande número de trabalhos de cientistas sociais recentemente publicados sobre o Brasil contemporâneo, este assume particular importância, porque ao mesmo tempo em que é um trabalho rico em dados sobre a história brasileira pós-30, apresenta-nos uma análise rigorosa e inteligente do sistema partidário brasileiro de 45 a 64.

Victor Nunes Leal, no prefácio, já ressalta que a autora com sua inteligência crítica, lúcida e bem equipada, apresenta mais problemas e sugestões do que afirmativas doutorais, o que é afirmado repetidas vezes por Maria do Carmo. Daí a definição deste trabalho pelo prefaciador nos seguintes termos: "... todo o livro é basicamente uma discordância, mas não dogmática e sim crítica, apontando novos rumos de investigação, o que também pressupõe conclusões" (p. XIV).

A relevância deste trabalho está, pois, em que na sua tentativa de entender a dinâmica do sistema de representação política no Brasil, somos colocados diante de evidências de que a formação do sistema partidário brasileiro a partir de 1945 deu-se sob a tendência autoritária e centralizadora do Estado, sobretudo a partir de 1930, o que possibilitou um não-institucionalização da vida partidária no Brasil. Ora, isto representa a abertura de inúmeros campos de análise e a necessidade de aprofundamento de outros até então tidos como irrelevantes; além do fato, é claro, da necessidade de se repensar as interpretações mais tradicionalmente vigentes da história brasileira em que os partidos seriam expressão quase que somente de pressões provenientes da sociedade civil sobre o Estado.

Segundo suas próprias palavras, portanto, seu objetivo central é o de "destacar o peso condicionante que a expansão acentuadamente burocrática do Estado brasileiro exerceu sobre o sistema partidário criado em 1945", sem com isso "engrossar as fileiras daqueles que viam e vêem o processo político-partidário brasileiro sob um prisma de fatalidade, destacando sua inviabilidade congênita e definitiva" (p. XXIV). Para o que ressalta a necessidade de um estudo das relações entre o sistema partidário e o Estado — este concebido como organização de governo (p. 27), questionando "a possibilidade de se analisar a função de representação partidária sem o conhecimento do padrão de governo e, portanto, a de se compreender o 'amorfismo' partidário brasileiro sem nos indagarmos sobre o efeito diluidor exercido pelo Estado" (p. 42).

Definido este ponto, no segundo capítulo a autora expõe diferentes perspectivas de análise do sistema partidário, discutindo conceitos como o do próprio "sistema partidário", "institucionalização de organizações", "representatividade", "autonomia" etc., sem cair no formalismo a que esse tipo de análise freqüentemente é levado. E isso porque não perde a visão da complexidade dos mecanismos políticos, bem como das suas inúmeras manifestações e repercussões, por vezes envolvendo todos os níveis da realidade social, bem como nunca se afasta da concepção de que a dinâmica do sistema partidário brasileiro só pode ser entendida na análise concreta da vida política brasileira, tendo sempre em mente que "o universo de decisões a ser estudado em determinado período é extremamente amplo e heterogêneo" (p. 53), não tendo portanto a política um **locus** restrito, embora um campo bem definido, nem sendo passível de leis, mas de tendências. E é a partir daí que conceitos e sua utilização como o de "arenas decisórias" não se tornam meramente formais, ao mesmo tempo que passa a carecer de peso a concepção de partido como representante de **uma** classe, ou frações de classe bem nitidamente identificáveis, ganhando significado o problema nuclear do desenvolvimento político como sendo "a institucionalização de um **sistema** partidário — mesmo que isto se dê de maneira camuflada, como a institucionalização de facções e normas de convivência dentro de um partido único ou dominante, de modo a assegurar tanto a estabilidade e efetividade da função de **governar** quanto o vigor e a autenticidade da função de **representar** interesses diversos" (p. 50). A autora preocupa-se pois em deslindar a dinâmica política brasileira de 30 a 64 — as idas e vindas no processo de tomada de decisões — em suas conexões com o aparelho estatal, com as organizações político-partidárias, com os sistemas de representação; e com as mudanças socioeconômicas ocorridas no período.

A seguir, temos a análise do sistema partidário brasileiro a partir de 1945, mostrando que "Se em 1945 foi deposto o Pres. Vargas, na liderança do proces-

so de redemocratização do País, manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo" (p. 64), explicando que "a timidez, portanto, do liberalismo dos anos 30, especialmente o campo que cedeu ao pensamento autoritário na questão dos partidários políticos, é entendida perfeitamente se atentarmos para o fato de viver ele, no contexto brasileiro, as tensões de passagem da política de 'notáveis' para a política de massas, da evolução dos partidos meramente representativos de seções da classe dominante e dos estratos altos da sociedade para as grandes organizações partidárias fundadas em interesses socioeconômicos" (p. 65). E mostra a seguir, através do estudo da centralização do poder — "e sobretudo dos mecanismos concretos acionados nessa direção" — como o espaço organizacional e decisório foi ocupado por agências burocrático-estatais (cap. IV). Para o que faz uma análise das interventorias do Dasp, dos institutos, autarquias, grupos técnicos e Forças Armadas em que ficam evidenciados tanto o Estado Novo como a I República, como um sistema elitista, somente com um **modus operandi** diverso — esta, baseada no princípio da autonomia estadual e no mecanismo da política dos governadores, e aquele procurando a unificação e implantando extensa rede de órgãos burocráticos, ao mesmo tempo em que suspendia o funcionamento de todas as organizações partidárias. E salienta que mais uma vez na formação concreta de um novo padrão institucional houve uma recriação do padrão cooptativo, até então dominante em nossa formação histórica, "dando-lhe novas e alentadas possibilidades" (p. 104).

Caminhando no tempo, a autora mostra no capítulo V (Do Estado Novo ao regime de 1946) "de que maneira se entrelaçam e interagem o legado e as novas criações: que contradições e incongruências resultam de sua associação. O advento do pluralismo partidário, das eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Constituição de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada por um sistema de interventorias, por um arcabouço sindical cooperativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, para não mencionar a plena vigência, na quadra histórica a que nos referimos, de uma ideologia autoritária de Estado" (p. 105-6). É neste capítulo que encontramos uma análise detalhada da constituição dos partidos, da forma de serem registrados, bem como sobre a representação, o mecanismo das sobras, o alistamento **ex-officio**, e finalmente uma discussão de um dos problemas mais analisados e polêmicos nos estudos desse período, a saber, o da contraposição de um Legislativo conservador a um Executivo populista e progressista.

Por fim, na terceira parte, encontramos a evolução e crise do sistema partidário. Com base sobretudo nos estudos de Glaucio A. D. Soares e Simon Schwartzman sobre os dados eleitorais dos grandes partidos, e negando a tese de o declínio da força eleitoral dos grandes partidos conservadores (UDN e PSD) ser o sintoma da crise, o ponto de partida de Maria do Carmo é o de que ao invés de levarem necessariamente a uma crise institucional, o declínio desses grandes partidos e a conseqüente dispersão eleitoral (crescimento dos pequenos partidos, aumento da votação por alianças, aumento da proporção de votos nulos e brancos, etc.) levariam, a médio prazo, a um processo de realinhamento do sistema partidário. E mostra, por exemplo, como o declínio da força desses grandes partidos conduzia-os a uma dependência crescente das regiões menos desenvolvidas, e a uma necessidade de aumento de representatividade do interior, ocorrendo paralelamente um processo de aumento de força dos partidos reformistas no nível legislativo, enquanto que no nível do Executivo ocorre a dependência de uma análise do comportamento global não mais de eleitorados localizados, mas do eleitorado nacional. O que a leva a retomar o problema do descompasso do Congresso com relação às mudanças socioeconômicas, e portanto de um Executivo reformista e de um Legislativo conservador agregando agora duas considerações: 1) a de que essa tese não é incompatível com o reconhecimento de que um processo de realinhamento estava em curso; e 2) "situado o caráter crítico do antagonismo institucional não tanto na diferença de orientações em si, mas nos diferentes **tempos** os quais a mudança socioeconômica incidia sobre a formação dos dois poderes" (p. 153).

E chega-se então ao ponto nevrálgico de seu trabalho: a análise do surgimento histórico dos partidos, de seu comportamento nas eleições do período estudado que vem corroborar a tese da autora de que "o caráter crítico da conjuntura final do período estudado decorreu do simultâneo fortalecimento do Estado e do sistema partidário" (p. 167). E o círculo se fecha quando fica então evidenciada a sua tese central, já exposta na introdução à obra: a de que "apesar dos condicionamentos prévios que lhe marcaram a ori-

gem, o sistema partidário foi-se transformando durante o período, sob o influxo das transformações socioeconômicas, notadamente dos processos de industrialização e urbanização. Coexistiam, assim, (. . .) tendências à desagregação, enraizadas em sua inadequada institucionalização como forma de representar interesses e de organizar o governo, e tendências ao fortalecimento, na medida em que iam **realinhando** e organizando suas bases de apoio" (p. XXIV).

A análise de Maria do Carmo C. de Souza leva-nos a reequacionar toda a história brasileira pós-45, ao mesmo tempo em que, sem cair num formalismo nem numa conceituação estrita de Estado e sociedade civil, desvenda os intrincados mecanismos de relacionamento das várias esferas do social, fugindo a toda e qualquer ortodoxia metodológica prévia. Nesse sentido, a contribuição de seu trabalho está situada sobretudo em dois níveis: num, o de ser uma das análises mais fecundas da história da política brasileira recente, e no outro, o de ser um exemplo do bom uso da metodologia em pesquisas sociais. Sem falar, é claro, nos subsídios que apresenta e nas perspectivas que abre para o estudo do Brasil contemporâneo. ■

Amélia Cohn

Singer, Paul. Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não-desenvolvidos. **Cadernos Cebrap**, n. 18.

A preocupação com o nível de absorção da mão-de-obra, apesar de ser uma constante para os governos dos países capitalistas, é exacerbada em épocas de crise como a que atravessamos, uma vez que o desemprego adiciona aos problemas econômicos mais um problema social.

O conhecimento das relações que regem o funcionamento do sistema capitalista é fundamental para o planejamento da intervenção governamental através de políticas econômicas específicas. Daí a atualidade e interesse do trabalho que nos propomos a apresentar.

Neste artigo, Paul Singer procura desenvolver uma teoria que explique as condições de absorção da força de trabalho, em economias não totalmente penetradas pelo sistema de mercado, isto é, em que subsistem outras formas de produção não caracterizadas pela necessidade de produção de excedentes.

Sua metodologia consiste na divisão de tais economias em quatro setores a saber:

- setor de mercado — interno e externo;
- setor de atividades governamentais;
- setor autônomo;
- setor de subsistência.

Cada um desses setores tem sua dinâmica própria de absorção e expulsão de mão-de-obra, seus limites e condicionantes. Os dois primeiros setores não são necessariamente excludentes, subsistindo, isto sim, uma divisão de tarefas entre ambos, ficando para o de atividades governamentais aquelas que não interessam ao setor privado. A permanência e desenvolvimento dos outros dois setores dependem das condições adversas e das distorções do crescimento do setor de mercado.

Para a análise do setor de mercado, sobre o qual nos deteremos nesta resenha, o autor procura integrar a teoria marxista da reprodução capitalista e a teoria keynesiana da demanda.

O emprego no setor de mercado

O nível de emprego numa economia capitalista de mercado depende do nível das atividades. Dado um certo estoque de capital fixo e uma dada técnica de produção — relação técnica — o nível de utilização desse estoque e, conseqüentemente, o uso de força de trabalho é função da demanda pelos produtos que resultam dessas forças produtivas. Quando os empresários esperam vender tudo o que forem capazes de produzir, a preços que lhes permitam realizar o lucro que é o objetivo de sua atividade, eles estarão dispostos a investir em novos recursos produtivos, a fim de ampliar a sua capacidade de produção. Assim, a demanda induz a um aumento do nível das atividades econômicas que exige a realização de novos investimentos e a ampliação da utilização de forças produtivas, entre elas a força de trabalho. Assim se pode descrever, sucintamente, o processo